



Filhos da Exclusão: Um Retrato de Crianças e Adolescentes que Vivem nas Ruas de Goiânia¹

Cleomar da Silva Almeida ROSA²
Denise Barboza RIBEIRO³
Ênya Paula Morais da SILVA⁴
Carina Andrade BENEDETI⁵
Faculdades Alves Faria, Goiânia, GO

RESUMO

Filhos da Exclusão: um retrato de crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Goiânia é um livro-reportagem apresentado como trabalho de conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, das Faculdades Alves Faria (Alfa). A obra expõe aspectos da exclusão social e da violação de direitos, que podem ser levados à discussão coletiva por meio do jornalismo, cuja função é, neste caso, tornar públicos os motivos que fazem crianças e adolescentes saírem de casa e as consequências dessa decisão, de forma que a singularidade dos relatos não impeça a identificação de fatores estruturais envolvidos. Ao abordar o assunto em profundidade, este livro-reportagem pretende mergulhar na história de personagens e explorar o desdobramento dos fatos, sem fragmentá-los. Embora tenha foco restrito à capital de Goiás, também visa contribuir para a discussão de um problema que existe em todo o País.

PALAVRAS-CHAVE: livro-reportagem; exclusão; crianças; adolescentes; rua.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Benevides (2006), democracia e direitos humanos deveriam ser sinônimos. “O regime político da soberania popular requer respeito integral aos Direitos Humanos” (*In: VIVARTA* (coord.), p. 56). No Brasil, entretanto, observa-se violação ao que está reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU). Por isso, é possível constatar que ainda estamos num estágio do regime democrático muito aquém do que ele pode oferecer à sociedade.

Segundo Piovesan (*In: CANELA* (Org.), 2008, p. 243), o documento da ONU é caracterizado por dois fatores: universalidade e indivisibilidade. A autora analisa que o primeiro diz respeito à extensão dos direitos humanos “a todos e a todas sob a crença de que a condição de pessoa é o único requisito para a titularidade dos mesmos”. Já o segundo refere-

¹ Trabalho submetido ao XVII Prêmio Expocom 2010, na Categoria Jornalismo, modalidade Livro-reportagem.

² Aluno líder do grupo e estudante do 8º Semestre do Curso de Jornalismo, email: ramoelc@gmail.com

³ Estudante do 8º Semestre do Curso de Jornalismo, email: niseribeiro@hotmail.com

⁴ Estudante do 8º Semestre do Curso de Jornalismo, email: enyamorais@gmail.com

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo, email: carina.benedeti@alfa.br



se ao fato de que “a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais, e vice-versa”.

A concepção de universalidade, assim como dos direitos sociais e da cidadania, confronta-se com a exclusão social, de acordo com Sposati (1998), em seu artigo *Exclusão social abaixo da linha do Equador*. “**A exclusão é a negação da cidadania**” (*ibidem* p. 3; grifos da autora). A esse sentido, acrescentamos o entendimento de que não é possível dissociar cidadania de democracia ou contrapô-las, pois é na democracia que existe a possibilidade de configuração plena da cidadania, assim como é a cidadania o medidor do grau de democracia em uma sociedade. Conforme Gentili (2005, p.111) “é possível democratizar a democracia”. Contudo, para que isso ocorra, é necessário constatar onde não há cidadania, como no caso de crianças e adolescentes que vivem nas ruas. “Nota-se ausência de cidadania quando uma sociedade gera um menino de rua. Ele é o sintoma mais agudo da crise social” (DIMENSTEIN, 2003, p.18).

Dessa forma, o jornalismo pode contribuir com o fortalecimento da democracia, denunciando onde não existe cidadania e expondo fatos que dizem respeito à violação e ao cumprimento dos direitos fundamentais, da democracia e da cidadania. Assim, como produto jornalístico, este livro-reportagem transcende a avaliação formal de reconhecimento da formação superior em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo: é um meio pelo qual a sociedade pode ser esclarecida sobre o que sustenta a exclusão social protagonizada por crianças e adolescentes em situação de rua.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

Contribuir para a discussão acerca da exclusão social, por meio de uma abordagem específica da problemática que atinge crianças e adolescentes que vivem nas ruas de Goiânia, expondo-a de forma não discriminatória e utilizando reportagem como gênero.

2.2 Objetivos específicos

2.2.1 Denunciar a ausência de políticas públicas sociais eficazes na área da infância e juventude;



2.2.2 Propiciar visibilidade a um segmento marginalizado da sociedade: a oportunidade de contar suas histórias e tê-las registradas em um livro;

2.2.3 Contextualizar a temática e esclarecer que viver na rua não é uma opção, mas uma decisão que, embora seja individual, é consequência de um problema social.

3. JUSTIFICATIVA

Crianças e adolescentes em situação de rua são desprovidos de direitos humanos, como o direito à educação, à alimentação, à saúde e à família. A desestruturação familiar e a violência doméstica, cujas raízes ligam-se à pobreza, estão entre os principais motivos que os levam a deixar suas casas. “Meninos costumam dizer que preferem morar na rua a morar em casa. É que, assim, fogem das agressões do pai ou da mãe” (DIMENSTEIN, 2003, p. 39).

Na mesma linha de raciocínio acerca dessa questão estão Prado e Gomes (*In: MINAYO (org.), 1993*), para os quais, aliada aos conflitos familiares, a pobreza torna-se o principal fator que impulsiona crianças e adolescentes às ruas em busca de geração de renda, seja por meios socialmente aceitos ou não. Contudo, é importante ressaltar que:

Um menino de rua é mais do que um ser descalço, magro, ameaçador e malvestido. É a prova da carência de cidadania de todo um país, em que uma imensa quantidade de garantias não saiu do papel da Constituição. É um espelho ambulante da história do Brasil. No futuro, o menino de rua será visto como hoje vemos os escravos e os massacres dos indígenas: uma coisa do passado, uma vergonha a ser esquecida (DIMENSTEIN, 2003, p. 28).

Além de compreender as origens desse gargalo social, é preciso quantificar os que vivem nas ruas, para conhecer a dimensão do problema e tomar medidas que visem sua solução. Mas, no Brasil,

a população que vive nas ruas não está nas estatísticas oficiais do governo, não sabemos exatamente quantas pessoas vivem nesta situação porque o censo brasileiro realiza a pesquisa para descobrir o perfil das pessoas que moram em nosso país, visitando as residências. Portanto, quem não tem casa não é pesquisado e simplesmente não existe nos levantamentos oficiais (SPOSATI, *in: PINSKY, 1999*, p. 114).

Em seu artigo *A percepção dos excluídos: dificuldades de apreensão* (*In: VIVARTA (coord.), 2006*, p. 285), a cientista política Railssa Peluti Alencar cita um censo de

2004 realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que contabilizou 26.615 moradores de rua, em 53 municípios do País, excluídos Rio de Janeiro e Manaus. O estudo, segundo ela, só foi feito após comoção nacional pelos homicídios e ataques praticados contra a população de rua, em São Paulo. Para Alencar, quem vive na rua talvez esteja nas condições mais precárias. “Essas pessoas estão excluídas de toda e qualquer cidadania, uma vez que sequer possuem endereço ou forma de contato para candidatar-se a um emprego que possibilite deixarem essa situação” (*ibidem*, p. 286).

Em Goiânia, não há um consenso em relação à quantidade de crianças e adolescentes que vivem em situação de rua. Registro da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) mostra que existem 35 nessa condição, na capital. No entanto, o número aumenta para 126 nas estimativas do Ministério Público do Estado de Goiás. Apesar dessa discordância, o fato é que a população em situação de extrema vulnerabilidade social está excluída das garantias dos direitos humanos e das possibilidades de acesso democrático aos bens coletivos.

Desse modo, *Filhos da Exclusão* expõe essas mazelas por meio de uma visão plural – sustentada nos depoimentos dos menores e jovens que vivem nas ruas, representantes dos poderes Executivo municipal e Judiciário, promotoria e instituições filantrópicas que desenvolvem ações voltadas para o referido segmento – e apresenta o assunto ligado à agenda social, que ainda é pouco explorada de forma responsável ou usada, geralmente, apenas para contextualizar números de pesquisas sobre pobreza, miséria, fome, desemprego, analfabetismo e outros problemas que existem na sociedade. A cobertura da imprensa convencional relativa aos menores que vivem nas ruas é um exemplo disso.

Tomando como base os resultados de uma pesquisa da Agência de Notícias do Direito da Infância (ANDI), o jornalista, cientista social e educador Fernando Rosseti escreveu, no artigo *A causa do bom jornalismo*, publicado no Portal Aprendiz, que a quantidade de reportagens sobre infância e adolescência aumentou mais de quatro vezes na década passada, nos 50 principais jornais do Brasil. Entretanto, de acordo com o jornalista,

a cobertura sobre meninos de rua, por exemplo, dá a impressão de que essas crianças ‘brotam’ nas calçadas como flores; faltam informações para o leitor perceber que elas são fruto da falta de oportunidades, da desestruturação familiar, do desemprego, da ausência ou descontinuidade e desarticulação das políticas públicas.⁶

⁶ Disponível em: <www2.uol.com.br/aprendiz/ncolunas/fRosseti/id040903.htm>.

Por sua própria natureza, o livro-reportagem possibilita uma abordagem ampliada e contextualizada desse assunto, exercendo, em sua plenitude, uma função que o jornalismo assumiu nas sociedades democráticas, ou seja, “informar o público sobre as questões atuais de interesse público” (BENEDETI, 2009, p. 23). Por meio desse trabalho, acreditamos que “existe uma possibilidade de contribuição social efetiva do jornalismo para o entendimento do mundo, de que forma, de como nele intervir, de como nele agir” (KARAM, 2004, p. 47).

4. MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para produzir *Filhos da Exclusão*, foi preciso considerar o conceito de reportagem, a adequação do gênero ao suporte livro – livro-reportagem – e definir a linguagem adotada. De acordo com Edvaldo Pereira Lima (2004), a reportagem nasceu da necessidade de se estabelecer ligações entre as ocorrências, e não apenas emitir relatos. Por isso, amplia os ângulos de compreensão das interações sociais na tentativa de contextualizá-las e oferece a possibilidade de apreender as redes de causas e conseqüências do complexo social que nos rodeia. Já Cremilda Medina, em entrevista a Lima, explica que é por meio da reportagem que se obtém maior profundidade da informação. A autora analisa que esse gênero se caracteriza em um instrumento de promoção da democracia.

A reportagem é a forma de maior aprofundamento possível da informação social e, por outro lado, é aquela que responde melhor às aspirações de uma democracia contemporânea, com toda a plenitude até mesmo da utopia, o socialismo, ou dentro da modernização capitalista. Pois é justamente a pluralidade de vozes e a pluralidade de significados sobre o imediato e o real que fazem com que a reportagem se torne um instrumento de expansão e instrumentação plena da democracia, uma vez que a democracia é polifônica e polissêmica (apud LIMA, 2004, p. 23-24).

Em relação a livro-reportagem, Belo (2006) observa que o veículo apresenta assuntos com maior durabilidade, por ter um nível maior de detalhamento e ser um recurso complementar ao jornalismo diário. Portanto, necessita de uma narrativa de forma aprofundada e com riqueza de investigação, estabelecendo conexões que superem o vazio informacional e desenvolvendo uma acurada pesquisa.

O livro-reportagem mostra-se, então, capaz de preencher as lacunas deixadas pela prática diária jornalística. Belo (*ibidem*, p.41) classifica esse veículo como “instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico. Por suas características, não substitui nenhum meio de comunicação, mas serve como complemento a todos”. O autor

revela, assim, a deficiência dos meios jornalísticos pela falta de espaço regular para disseminar, de forma analítica, os acontecimentos sociais. Cremilda Medina analisa essa questão.

O espaço nos meios jornalísticos impressos e eletrônicos vale muito em relação àquilo que subsidia a informação social, que é o espaço publicitário. Valendo-se desse argumento, as empresas jornalísticas apertam ao máximo o espaço da informação social, afunilando-o (*apud* Lima 2004, p.33).

Além de ser uma alternativa a esse ponto, o livro-reportagem possibilita maior liberdade no uso da linguagem. Em *Filhos da Exclusão*, a linguagem é híbrida, uma mescla de informativa e literária. A intenção da primeira é levar ao conhecimento público registro de acontecimentos de forma concisa e direta. Segundo José Marques de Melo (2003), o jornalista deve assumir o papel de observador atento da realidade, proceder como “vigia”, registrar os fatos, os acontecimentos e informá-los à sociedade.

Neste livro-reportagem, a linguagem informativa é usada no repasse de dados de órgãos públicos e de organizações – terceiro, quarto e quinto capítulos. Eles exigem maior rigor na divulgação de resultados de pesquisas, por exemplo. Por outro lado, recorreremos à linguagem literária nos capítulos destinados a contar histórias de quem vive ou trabalhou nas ruas – primeiro, segundo e oitavo capítulos – e narrar ações filantrópicas – sexto e sétimo capítulos.

Pena (2006, p. 118) diz que o mergulho na leitura da reportagem está movido “pela atratividade da história, por seu apelo, pela qualidade da narrativa, pela necessidade de informar-se e pela sedução do próprio texto jornalístico”. Para potencializar a mensagem, a linguagem literária é uma opção de narrar o real. Acrescida ao alto teor investigativo e contextualizador, presentes no livro-reportagem, ela pode aperfeiçoar a produção da grande reportagem. Pena destaca como é enriquecedor valer-se desse recurso, praticar o chamado jornalismo literário e, por meio dele, aprimorar o modo de atribuir sentido ao contexto social.

Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (*ibidem*, p.13; grifo do autor).

Na prática, o projeto foi desenvolvido com base em um planejamento semestral que incluiu levantamento de dados e fontes; agendamento, confirmação e realização de



entrevistas; saída às ruas de Goiânia, além de redação e edição do livro. Os autores conversaram diretamente com parte do segmento social marginalizado, deixando claros seus objetivos, inclusive ressaltando que o material seria usado em um livro-reportagem. Diante disso, alguns recusaram as entrevistas e outros foram agressivos. Por outro lado, muitos se emocionaram ao contar suas histórias.

Importante ressaltar que, na transcrição direta das falas dos personagens que vivem nas ruas, preservou-se a forma como se expressaram, muitas vezes em desacordo com as regras da Língua Portuguesa. Os autores optaram por não fazer nenhuma alteração nessas frases porque entendem que isso é inerente à identidade dessas pessoas, que são identificadas no livro com nomes fictícios – uma maneira de preservar o sigilo da fonte.

Com a finalidade de fazer alusão a esses aspectos da linguagem falada, os títulos de alguns capítulos do livro-reportagem foram escritos de forma coloquial. Além disso, é válido salientar que, para não perder detalhes das falas de todas as fontes, as entrevistas foram realizadas com anotações em blocos de notas, além de contar com o uso de gravador de voz.

5. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Filhos da Exclusão é um livro-reportagem de 102 páginas, no formato 20CM X 15CM (altura X largura), apresentado em 2009 como trabalho de conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, das Faculdades Alves Faria (Alfa), em Goiânia, Goiás. Sua diagramação foi feita no programa Quarker Express 8.0, licenciado pela mesma instituição de ensino superior, que o disponibiliza em seu laboratório de computação gráfica.

O livro-reportagem é dividido em oito capítulos – com fotografias em preto e branco no início de cada um – e um guia de fontes, disponibilizado no final, com o intuito de divulgar contatos de fontes consultadas durante a produção deste trabalho e contribuir para o acesso mais fácil a elas, que também poderão ser úteis a outros projetos. Em relação ao corpo de texto, utilizou-se margens justificadas, fonte *Minion pro*, tamanho 11, com espaçamento vertical entre as linhas 12. Optou-se, ainda, por destacar a reprodução direta das falas, com o uso do sinal travessão.

A ordem dos capítulos visa traçar um percurso de superação, mostrando que a solução do problema social retratado no dia-a-dia de crianças, adolescentes e jovens que vivem nas ruas está na formulação e execução de políticas públicas sociais eficazes na área da infância e juventude. Os capítulos são:



1º) Do palco pra rua: conta a história de Amanda, uma jovem que foi morar na rua aos 12 anos para escapar das agressões do pai. Por isso, ela deixou de frequentar um curso de balé e passou a se envolver cada vez mais com o uso e comércio de drogas. Nesse capítulo, há ainda o relato de sua mãe, Vanda, que sofre por não ter a filha em casa.

2º) Saí de casa, tô na rua!: narra o dia-a-dia de crianças, adolescentes e de outros jovens que vivem nas ruas de Goiânia, os motivos pelos quais deixaram suas casas, as dificuldades que encontram, o uso de drogas, a gravidez precoce e a violência policial.

3º) A sociedade dá o grito: aborda o processo de extinção da Sociedade Cidadão 2000, uma organização não-governamental que tinha convênio com o poder público municipal. A entidade era referência no atendimento a crianças e adolescentes, mas ruiu com sua má gestão.

4º) O quebra-cabeça social: mostra divergências entre a Secretária Municipal de Assistência Social e o Ministério Público de Goiás no que diz respeito, sobretudo, à quantidade de menores em situação de rua na capital. Aborda, também, o papel do Judiciário nesse contexto.

5º) Ciranda de rua: relata a história do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, cuja sede é em Goiânia, e os esforços que se uniram em prol de sua fundação e de sua política, baseada no protagonismo infanto-juvenil.

6º) Tio, cadê o pão nosso de cada dia?: expõe o trabalho de voluntários, coordenados pelo aposentado Cleobaldo Martins de Oliveira, que distribuem comida nas ruas de Goiânia, aos fins de semana.

7º) Levanta-te, menina!: mostra o cotidiano de uma casa que abriga somente meninas que decidiram sair da rua. Apesar de optar por permanecer no anonimato, a casa mantém contato com representantes da Promotoria de Goiás e do Juizado da Infância e Juventude de Goiânia.

8º) Da rua pra assistência social: conta a história do assistente social Renilton Borges Santana, que passava o dia inteiro trabalhando nas ruas quando era criança, mas que superou as dificuldades vividas por sua família sem precisar se envolver com drogas, desistir dos estudos ou se mudar para a rua, como fez a maioria de seus amigos na época.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população que vive em situação de rua é a comprovação de que desigualdade e exclusão, apesar de serem fenômenos sociais históricos, são problemas atuais, que se perpetuam por causa da falta de interesse político e de esclarecimento da sociedade acerca dessas questões. O esclarecimento pode vir, sobretudo, por meio da informação, “um direito que fomenta o exercício da cidadania e permite ao cidadão o acesso e a crítica aos instrumentos necessários ao exercício pleno do conjunto de direitos de cidadania” (GENTILLI, 2005, p. 128).

Desse modo, o jornalismo pode contribuir para a superação da problemática que atinge quem vive nas ruas. O livro-reportagem é um dos meios pelos quais podem ser levadas a público informações importantes acerca da vida daqueles que fazem da rua a sua moradia, denúncias de violação de direitos e ações voluntárias importantes para que a sociedade se torne mais justa e igualitária.

Segundo Lima (2004), uma grande reportagem possibilita a busca de uma abordagem multiangular, que extrapole a noção de uma realidade linear e estabeleça relações entre causas e conseqüências de problemas que, certamente, não são desprovidos de raízes contemporâneas. É um exercício que se caracteriza pelo mergulho na investigação aliado à superação do aparente e superficial.

Desafios, esforços, emoções e informações divergentes, tudo isso está exposto em *Filhos da Exclusão*, consequência da busca em prol de informação de interesse público. A obra mostra que os problemas que atingem crianças e adolescentes em situação de rua permanecerão, enquanto não forem pensadas e executadas políticas públicas sociais eficazes na área da infância e juventude. Esse é um direito da sociedade, que não deve ser tratada com ações imediatistas, temporárias, compensatórias e assistencialistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, R. P. **A percepção dos excluídos**: dificuldades de apreensão. In: VIVARTA, Veet.(coord.). *Mídia e Direitos Humanos*. Brasília: ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006

BELO, E. **Livro-Reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BENEDETI, C. A. **A qualidade da informação jornalística**: do conceito à prática. Série Jornalismo a Rigor. V. 2. Florianópolis: Insular, 2009



BENEVIDES, M. V. de M. *O vínculo radical entre Direitos Humanos e democracia. In: VIVARTA, Veet.(coord.). Mídia e Direitos Humanos. Brasília: ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006*

DIMESTEIN, G. **O Cidadão de Papel: A infância e adolescência e os Direitos Humanos no Brasil.** 20ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2003

GADOTTI, M. **Educação para e pela cidadania.** In: RATTNER, H. (org.) *Brasil no Limiar do Século XXI: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000

GENTILLI, V. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005

KARAM, F. J. **A ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: Summus, 2004.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas - o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** São Paulo: Manole, 2004.

MELO, J. M. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. PENA, F. *Jornalismo Literário.* São Paulo: Contexto, 2006.

PENA, F. **Jornalismo Literário.** São Paulo: Contexto, 2006.

PIOVESAN, F. **A Concepção Contemporânea de Direitos Humanos. In: CANELA, G. (org.). Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez e Andi, 2008

PRADO, A. A.; GOMES, R. **A rua: institucionalização da exclusão social.** In: MINAYO, M.C.S. (Org.). *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil.* São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1993

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: Para uma nova cultura.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006

SPOSATI, A. 1998, In: PINSKY, J. (org.). **12 faces do preconceito.** São Paulo: Contexto, 1999

SPOSATI, A. Exclusão social abaixo da linha do Equador. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2009.

ROSSETTI, F. A causa do bom jornalismo. In: Portal Aprendiz. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/f_rossetti/id040903.htm>. Acesso em: 20 set. 2009.